



**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 008/2026  
DISPENSA N° 014/2026 ARTIGO 75 INCISO II, LEI 14.133/2021**

Instrumento de Contrato de **Prestação de Serviços**, que entre si celebram, de um lado o Município de Belterra, através da **Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES** pessoa jurídica de direito público, inscrita no **CNPJ:18.148.649/0001-10**, com sede e foro na cidade de Belterra, Estado do Pará, representada neste ato por sua Secretária Municipal da **Sra. Herica Santos Bechara**, brasileira, titular do RG nº 4636519, CPF nº 759.359.532-34, residente e domiciliada nesta cidade de Belterra-Pá, aqui denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, e a empresa: **DATA BACK**, CNPJ: 45.643.300/0001-27, localizada na AV. Presidente Vargas, N°1785 município de Santarém/PA, Bairro: Santa Clara, CEP:68.005.397, telefone (93) 98130-72096, e-mail: rafaecily@gmail.com doravante denominada **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **N° 014/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO**

O presente instrumento destina-se a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMTDES E SETORES VINCULADOS.**

1.1 A licitação está devidamente fundamentada no Artigo 75 Inciso II, LEI 14.133/2021, com preços praticados de acordo com o mercado.

1.2 Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	Valor UND	Valor Total
01	NOTEBOOK I7 8GB 512GB TELA 15.6 INTEL CORE I7 MODELO DO PROCESSADOR 1255U GERAÇÃO 12ª MEMORIA RAM EXPANSÍVEL ATÉ 24GB(8GB SOLDADO + 16GB SO-DIMM DDR4-3200)BARRAMENTO DA MEMÓRIA 3200MHZ, Processador 1.7 GHZ (4.7 GHZ MAX TURBO) SSD 512GB, INTERFACE DO SSD PCIE NVM E M.2, WINDOWS 11DISPLAY LDC ANTIRREFLEXO, TAMANHO 15,6" RESOLUÇÃO DA TELA HD(1366X768), FORMATO DE TELA 16:9 WIDESCREEN PLACA INTEGRADA, PLACA DE VÍDEO INTEL IRIS XE,CONEXÕES1HDMI,3USB(1.USB(3.2GEN1),1.USB(2.0)E 1 USB TIPO C (3.2 GEN 1) ,LEITOR DE CARTÕES, SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO, 1 ENTRADA PARA FONTE DE ALIMENTAÇÃO, CONETIVIDADE WIFI, MULTIMIDIA HD-720P COM PRIVACIDADE, LEITOR DE CARTÕES SIM, PADRÃO DE TECLADO ABNT, SOFTWARE INCLUSOS VANTAGE, MICROSOFT OFFICE TRIAL (30DIAS), MCAFFEE IVESAFE, AUDIO ALTO FALANTE COM CERTIFICAÇÃO DOBY AUDIO (2X 1,5W BATERIA INTERNA FONTE 65W VOLTAGEM DA FONTE BIVOLT, PESO 1,63KGGALTURA 17,9CM, ARGURA:36 2CM, PROFUNDIDADE: 23,6CM,ONTE DE ALIMENTAÇÃO,COR CINZA.	UND	01	R\$ 4.949,00	R\$ 4.949,00



02	<p><b>NOTEBOOK I5 8GB 256GB W11 TELA 15.6 DE MARCA COM FABRICAÇÃO NO BRASIL COM CARACTERÍSTICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS ESPECIFICADAS A SEGUIR: PROCESSADOR I5 OU EQUIVALENTE ( 13ª geração); TELA FULL HD DE 15.6 POLEGADAS, ANTIRREFLEXO, RETRO ILUMINAÇÃO POR LED; PLACA DE VÍDEO INTEGRADA MEMÓRIA RAM DE 8 GB; ARMAZENAMENTO SSD DE 256GB PCIE NVME M.2; COR PRETA OU PRATA; PORTAS 2 USB: 1 ENTRADA COMBINADA DE FONE DE OUVIDO E MICROFONE; 1PORTA HDMI 1.4; 1 TOMADA DE ENERGIA; BIVOLT; ALTO-FALANTES ESTÉREOS; WIRELESS E BLUETOOTH; BATERIA DE 6 CÉLULAS; WEBCAM; TOUCHPAD; PLACA DE REDE GIGABIT ETHEMET (10/100/1000).</b></p>	UND	06	R\$ 4.399,00	R\$ 26.394,00
03	<p><b>IMPRESSORA COLORIDA DE MARCA COM FABRICAÇÃO NO BRASIL COM CARACTERÍSTICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS ESPECIFICADAS A SEGUIR: TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: JATO DE TINTA DE 4 CORES (CMYK) TAMANHO DA GOTA DE TINTA: 3 PICOLITROS RESOLUÇÃO: ATÉ 4800 X 1200 DPI DE RESOLUÇÃO OTIMIZADA EM VÁRIOS TIPOS DE PAPEL VELOCIDADE DE IMPRESSÃO – MÁXIMA: EM PRETO 33 PPM E EM CORES 20 PPM; NORMAL: EM PRETO 15 ISO PPM E EM CORES 8 ISO PPM; AUTOMÁTICA FRENTE E VERSO: EM PRETO 6,5 ISO PPM E EM CORES 4,5 PPM; IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO WIRELESS: APLICATIVOS PARA IOS, ANDROID, IMPRESSÃO POR EMAIL, REMOTE PRINT DRIVER, DIGITALIZAÇÃO PARA A NUVEM; CÓPIAS: VELOCIDADE DAS CÓPIAS: 11 ISO CPM (EM PRETO), 5,5 ISO CPM (EM CORES); QUALIDADE: EM CORES, PRETO/BRANCO, PADRÃO/MELHORADA; QUANTIDADE: 1-99 CÓPIAS (SEM PC) TAMANHO A4, CARTA; DIGITALIZAÇÃO: TIPO DE SCANNER: BASE COM SENSOR DE LINHAS CIS COLORIDO; ÁREA MÁXIMA DE DIGITALIZAÇÃO 21,6 X 29,7 CM (8,5" X 11,7"); RESOLUÇÃO: ÓTICA 1200DPI; HARDWARE 1200 X 2400 DPI; INTERPOLADA 9600 X 9600 DPI; PROFUNDIDADE DAS CORES 48 BITS DE ENTRADA, 24 BITS DE SAÍDA FUNÇÕES DE DIGITALIZAÇÃO PARA COMPUTADOR E PARA NUVEM; ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF) 30 FOLHAS, SIMPLEX; TAMANHO MÁXIMO: OFÍCIO / 21,6 X 35,6CM; CONECTIVIDADE: CONECTIVIDADE PADRÃO: USB DE ALTA VELOCIDADE, WIRELESS 802.11 B/G/N6, WI-FI DIRECT®, ETHERNET (10/100 MBPS); COMPATIBILIDADE COM SISTEMA OPERACIONAIS ATUAIS DE COMPUTADORES; UTILIZAÇÃO DO PAPEL: SUPORTE DE PAPEL SEM PC NORMAL (MEIA CARTA, A4, CARTA, EXECUTIVO, OFÍCIO); FOTOGRAFICO (10X15CM, 13X18CM, 20X25CM, A4, CARTA); TAMANHO MÁXIMO (DEFINIDO PELO USUÁRIO) 21,6 CM X 120 CM; FOLHAS INDIVIDUAIS 9X13CM, 10X15CM, 13X18CM, 20X25CM, CARTA, A4, A6, MEIA CARTA, OFÍCIO, EXECUTIVO, DEFINIDO PELO USUÁRIO (9X13CM - 33X120CM); TIPOS SUPORTA DISTINTOS PAPÉIS; PAPEL SULFITE</b></p>	UND	05	R\$ 1.189,00	R\$ 5.945,00



	<p>COMUM E PAPEL FOTOGRÁFICO PARA JATO DE TINTA; ENVELOPES Nº10, DL, C6; BANDEJA DE ENTRADA PARA PAPEL 150 FOLHAS DE PAPEL NORMAL, 20 FOLHAS DE PAPEL FOTOGRÁFICO, 10 ENVELOPES; BANDEJA DE SAÍDA 30 FOLHAS DE PAPEL NORMAL; TINTA: SISTEMA DE TANQUE DE TINTA FRONTAL COM ABASTECIMENTO AUTOMÁTICO COM ENCAIXE INDIVIDUAL POR COR PARA REFIL; RENDIMENTO DA TINTA: GARRAFA DE SUBSTITUIÇÃO DE TINTA ORIGINAL DE TINTA PRETA DEVE RENDER ATÉ 7.500 PÁGINAS; 3 GARRAFAS COLORIDAS (CIANO, MAGENTA, AMARELA) DEVE RENDERM ATÉ 6.000 PÁGINAS; VISOR: TELA VISOR LCD COLORIDO DE 2.4"; DIMENSÕES E PESO (L X P X A) 37,5 CM X 34,7 CM X 23,1 CM PESO: 6,7 KG; SISTEMA DE FÁCIL REMOÇÃO DETAMPA TRASEIRA PARA DESOBSTRUÇÃO DE PAPEL.</p>				
04	<p><b>SCANNER</b> DE SECRETÁRIA COM ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA DE MARCA COM FABRICAÇÃO NO BRASIL COM CARACTERÍSTICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES AS ESPECIFICADAS A SEGUIR: UNIDADE DO SENSOR DE DIGITALIZAÇÃO: SENSOR CMOS CIS DE 1 LIÚA; RESOLUÇÃO ÓTICA: 600 DPI; FONTE DE LUZ: LED RGB; LADO DE DIGITALIZAÇÃO: FRENTE/VERSO/DUPLEX; INTERFACE: USB 3.2 GEN1XLFUSB 2.0, IEEE802.L 1B/G,T,L, L0BASE- T/ L00BASE-TX/ L00BASE-TL DIMENSÕES: TABULEIROS FECHADOS: 291 X 247 X 242 LI4M; TABULEIROS ABE(OS: 291 X 600 X 378 MM; VOLTAGEM: 100-240 V CA (50/60 HZ); CONSUMO DE ENERGIA: DIGITALIZAÇÃO: 22,5 W OU MENOS; MODO DE SUSPENSÃO: 3,4 W OU MENOS; DIGITALIZAÇÃO A CORES DE ALTA VELOCIDADE DE 45 PPM/90 IPM E ADF DE GRANDES DIMENSÕES PARA 60 FOLHAS; CONECTIVIDADE LAN, WI-FI E USB AO PC E DISPOSITIVOS INTELIGENTES; VOLUMES DE TRABALHO DE ATÉ 4 000 DIGITALIZAÇÕESIDIA; PROCESSAMENTO INTELIGENTE AUTOMÁTICO COM OCR E RECONHECIMENTO DE CÓDIGOS DE BARRAS E CÓDIGOS 2D; MANUSEAMENTO DE PAPEL FIÁVEL E VERSÁTIL PARA UMA GRANDE DIVERSIDADE DE DOCUMENTOS, INCLUINDO PASSAPORTES E CARTÕES DE IDENTIFICAÇÃO; SOFTWARE COM FERRAMENTAS DE INTEGRAÇÃO E PROCESSAMENTO DE CAPTURA SIMPLES E PODEROSAS; MODO SCANNER: PRETO E BRANCO: 45 PPM/90 IPM; A CORES: 45 PPM/90 IPM; RESOLUÇÃO DE SAIDA: 150 X 150 DPI, 200 X 200 DPI, 240X240 DPI, 300 X 300 DPI, 400 X 400 DPI, 600 X 600 DPI; MODO DE SAÍDA: MONOCROMÁTICO (LIMIARIZAÇÃO ATIVA, PREÍO E BRANCO, DIFUSÃO DE ERROS, MELHORAMENTO DE TEXTO AVANÇADO, MELHORAMENTO DE TEXTO AVANÇADO II); ESCALA DE CINZENTOS DE 8 BITS (256 NÍVEIS), COR DE 24 BITS; CICLO DE TRABALHO DIÁRIO: APROX. 4.000 DIGITALIZAÇÕES; FUNÇÕES ESPECIAIS: MÓDULO DE CÓDIGO DE BARRAS;</p>	UND	01	R\$ 3.499,00	R\$ 3.499,00



	MÓDULO DE CÓDIGO 2D; DETECÇÃO AUTOMÁTICA DO TAMAÑO DE PÁGINA; DETECÇÃO DE IMAGEM GIRADA; DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE COR; IGNORAR PÁGINA EM BRANCO; DEFINIÇÃO DE RESOLUÇÃO AUTOMÁTICA; DETECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DUPLA (SENSOR ULTRASSÓNICO. COMPRIMENTO); RECONHECIMENTO ÓPTICO DE CARACTERES (OCR); PODE DIGITALIZAR OS DOIS LADOS DE UM ITEM NUMA ÚNICA PASSAGEM, COLORIDO E EM ATÉ 45 PÁGINAS POR MINUTO; CAPACIDADE PARA ATÉ 60 FOLHAS NO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADÍ); A CPU DE PROCESSAMENTO DE IMAGEM INTEGRADA FUNCIONA INDEPENDENTEMENTE DO DESEMPENHO DO COMPUTADOR CONECTADO.				
05	<b>TECLADO MULTIMÍDIA</b> DE MARCA COM FABRICAÇÃO NO BRASIL COM CARACTERÍSTICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES AS ESPECIFICADAS A SEGUIR: INTERFACE USB: TECNOLOGIA DE CONECTIVIDADE COM CABO; FUNÇÃO DE TECLAS DE TALHO: VOLUME, MUDO, LEITURA, /PAUSA, RETROCESSO. AVANÇO; ESTILO DE TECLAS: CHICLETE; COR: PRETO: DIMENSÕES (LXPXA): 44.2 CMX 12.7M X 2.44 CM; PESO: 503G; DISPOSIÇÃO: PORTUGUÊS ABNT2; QUANTIDADE DE TECLAS: 108 TECLAS.	UND	10	R\$ 39,90	R\$ 399,00
06	<b>MOUSE OPTICO- LED</b> E CONECTIVIDADE COM FIO DE MARCA COM FABRICAÇÃO NO BRASIL COM CARACTERÍSTICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS ESPECIFICADAS A SEGUIR: DISPOSITIVO DE ENTRADA: CABO USB; TECNOLOGIA DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO: OPTICO; RESOLUÇÃO DE MOVIMENTO: 1000 PPP; COMPRIMENTO DO CABO: 1.8 M; CARACTERÍSTICAS: RODA DE ROLAGEM; INLERFACE: 1 X USB; RASTREAMENTO DE LED OPTICO E CONECTIVIDADE COM FIO; DIMENSÕES DO PRODUTO: 1 1.35 X 6.1 X 3.61 CM; PESO: 87 G; COR: PRETO.	UND	10	R\$ 12,90	R\$ 129,00
07	<b>TV LED 32" HD</b> , COM CONVERSOR DIGITAL. ENTRADAS HDMI E USB. BIVOLT, SMAT.	UND	02	R\$ 999,00	R\$ 1.998,00
08	<b>CADEIRA LONGARINA</b> PLÁSTICA 3 LUGARES ASSENTO: CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP), NO SISTEMA DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA. COM TRAVAMENTO FEITO POR PARAFUSOS.	UND	03	R\$ 1.319,00	R\$ 3.957,00
09	<b>CADEIRA ESCRITÓRIO</b> 120KG CONFORTO ERGONÔMICO, AJUSTES PERSONALIZÁVEIS E MATERIAL RESPIRÁVEL RODINHAS GIRATÓRIO NÃO RISCA O CHÃO POSSUEM AJUSTES DE ALTURA, INCLINAÇÃO E APOIO PARA OS BRAÇOS, PROPORCIONANDO UM NÍVEL ELEVADO DE PERSONALIZAÇÃO E CONFORTO.	UND	06	R\$ 499,00	R\$ 2.994,00
10	<b>CADEIRA DE ESCRITÓRIO</b> C/ ENCOSTO PRETO 120KG TIPO SECRETARIA EXECUTIVA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CONFECCIONADA EM ESPUMA LAMINADA DE ALTA DENSIDADE, COM BRAÇO, PISTÃO A GÁS, QUE POSSIBILITA REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO.	UND	01	R\$ 1.099,00	R\$ 1.099,00

11	FREEZER HORIZONTAL, PÉS COM RODÍZIO, 6 NÍVEIS DE TEMPERATURA E DEGELO MANUAL - 309L - 110V.	UND	01	R\$ 3.799,00	R\$ 3.799,00
12	VENTILADOR DE COLUNA REGULÁVEL, 110 VOLTS, 3 VELOCIDADES, 6 PÁS.	UND	04	R\$ 339,00	R\$ 1.356,00
<b>DATA BACK LTDA, CNPJ:45.643.300/0001-27, VALOR TOTAL R\$ 56.518,00</b> (cinquenta e seis mil, quinhentos e dezoito reais)					

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. Proposta do Contratado;

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. A vigência deste instrumento contratual será a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no termo de referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ VALOR TOTAL R\$ 56.518,00 (cinquenta e seis mil, quinhentos e dezoito reais)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais.

### **CLÁUSULA SEXTA –PAGAMENTO**

6.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.2. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

6.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização dos serviços mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal;

6.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;



e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.7. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

6.8. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

6.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

6.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

6.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

6.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

6.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.3.1. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 5) prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

9.3. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.4. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;

9.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.8. Possuir certificação digital do CNPJ da empresa, para assinatura dos contratos e aditivos que vierem a surgir da contratação;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante; dentre elas:

I - O cumprimento das normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

II - A erradicação do trabalho análogo ao de escravo e do trabalho infantil, sobre as obrigações

a) não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- b) não utilizar qualquer trabalho realizado por menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- c) não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- III - a recepção e o tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- IV - A responsabilizar-se solidariamente a empresa contratada por atos e omissões de eventual empresa subcontratada que resultem em descumprimento da legislação trabalhista.
- 9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.17. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;
- 9.18. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.19. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.20. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.22. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.21. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
- 9.22. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.23. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

9.24. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.25. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício;

9.26. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

c) Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei n° 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4°, da Lei n° 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei n° 14.133, de 2021);



d) Multa:

1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
2. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
3. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções

por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes;

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da **Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTDES**;

13.2 A ficha para dotação orçamentária indicada será de 2026 como ano em exercício.

- **Ficha nº 614**
- **Unidade: 110500 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**
- **FUNCIONAL: 08.244.0003.2033.0000 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS**

- **Cat. Econ.: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTO DE MATERIAL PERMANENTE**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no sítio oficial da Prefeitura de Belterra: [www.belterra.pa.gov.br](http://www.belterra.pa.gov.br) e Diário oficial dos Municípios do Estado do Pará instituído pela Federação das associações de municípios do Estado do Pará (FAMEP) por ocasião de Lei Municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça do Estado do Pará, Comarca de Santarém para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belterra, PA, 05 de maio de 2026.

**HERICA SANTOS**  
**BECHARA:759359**  
**53234**

Assinado de forma digital por HERICA SANTOS  
BECHARA:75935953234  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF  
A3, ou=(EM BRANCO), ou=31014048000182,  
ou=videoconferencia, cn=HERICA SANTOS  
BECHARA:75935953234  
Dados: 2026.05.05 09:43:34 -03'00'

**Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social-SEMTDES**  
**CONTRATANTE**

**DATA BACK**  
**LTDA:45643**  
**300000127**

Assinado de forma  
digital por DATA BACK  
LTDA:4564330000012  
7  
Dados: 2026.05.06  
08:03:56 -03'00'

**DATA BACK,**  
**CNPJ: 45.643.300/0001-27**  
**CONTRATADA**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
 VL AMERICANA  
 18.148.649/0001-10



**NOTA DE EMPENHO**

OR - Ordinário

5050001

/ 2026

NOTA DE EMPENHO Nº <b>5050001</b>	FICHA: <b>614</b>	DATA: <b>05/05/2026</b>	REQUISIÇÃO Nº:
-----------------------------------	-------------------	-------------------------	----------------

LICITAÇÃO: <b>DISPENSA Art. 75, II, da Lei</b>	DOCUMENTO:	VENCIMENTO:
--	------------	-------------

NOME: <b>DATA BACK LTDA</b>	<b>45.643.300/0001-27</b>	CÓDIGO: <b>9265</b>
ENDEREÇO: <b>PRESIDENTE VARGAS</b>	<b>SANTAREM</b>	

DADOS BANCÁRIOS	
BANCO:	AGENCIA:
CÓDIGO:	CONTA:

<b>1.661</b> Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Exerc. Corrente)
<b>1</b> RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTES
<b>36</b> Transf. do Fundo Estadual Assit. Social - FEAS
<b>510</b> ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL
<b>005</b> RECURSO ESTADUAL-FEAS

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA
<b>11</b>	<b>PODER EXECUTIVO</b>
<b>11 05 00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS</b>
<b>4.4.90.52.99</b>	<b>OUTROS MATERIAIS PERMANENTES</b>
<b>08.244.0003.2033.0000</b>	<b>Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS</b>

DOTAÇÃO	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DESTA EMPENHO	SALDO ATUAL
<b>56.520,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.990,00</b>	<b>530,00</b>

<b>VALOR A SER PAGO R\$</b>	<b>55.990,00</b>
-----------------------------	------------------

DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO

**VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMTDES E SETORES VINCULADOS. DISPENSA Nº 014/2026**

ITEM	CÓDIGO	DESCR.	QTD	UNID	VLR UNIT R\$	TOTAL
1	002.001.17	NOTEBOOK PROCESSADOR CORE I7, 12ª GERAÇÃO, ARMAZENAMENTO SSD 250GB, 8GB DE MEMÓRIA RAM,	1	UND	4.949,00	4.949,00
2	002.002.02	NOTEBOOK I5 8GB 256GB W11 TELA 15.6	6	UND	4.399,00	26.394,00
3	002.002.11	IMPRESSORA COLORIDA	5	UND	1.189,00	5.945,00
4	002.006.00	SCANNER DE SECRETARIA COM ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA	1	UND	3.499,00	3.499,00
7	002.024.28	TV LED 32" HD, COM CONVERSOR DIGITAL, ENTRADAS HDMI E USB, BIVOLT, SMART.	2	UND	999,00	1.998,00
8	002.001.16	CADEIRA LONGARINA PLASTICA 3 LUGARES	3	UND	1.319,00	3.957,00
9	002.001.13	CADEIRA ESCRITÓRIO 120KG CONFORTO	6	UND	499,00	2.994,00
10	035.005.00	CADEIRA DE ESCRITÓRIO C/ ENCOSTO PRETO 120KG TIPO SECRETARIA EXECUTIVA	1	UND	1.099,00	1.099,00
11	002.001.13	FREEZER HORIZONTAL	1	UND	3.799,00	3.799,00
12	002.024.18	VENTILADOR DE COLUNA REGULÁVEL, 1 L0 VOLTS, 3 VELOCIDADES, 6 PÁS	4	UND	339,00	1.356,00

<b>SOMA</b>	<b>55.990,00</b>
-------------	------------------

cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa reais \*\*\*\*\*

HERICA SANTOS BECHARA  
 SECRETÁRIA

Assinado de forma digital por HERICA SANTOS BECHARA:75935953234  
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=31014048000182, ou=videoconferencia, cn=HERICA SANTOS BECHARA:75935953234

A DESPESA REFERENTE A ESTE EMPENHO, FOI DEVIDAMENTE PROCESSADA, ENCONTRANDO-SE EM ORDEM PARA PAGAMENTO.

Empenhado por: *Willian Alex Nadler Viana*  
 WILLIAN ALEX NADLER VIANA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
 VL AMERICANA  
 18.148.649/0001-10



**NOTA DE EMPENHO**

OR - Ordinário

5050002

/ 2026

NOTA DE EMPENHO Nº <b>5050002</b>	FICHA: <b>269</b>	DATA: <b>05/05/2026</b>	REQUISIÇÃO Nº:
-----------------------------------	-------------------	-------------------------	----------------

LICITAÇÃO: <b>DISPENSA Art. 75, II, da Lei</b>	DOCUMENTO:	VENCIMENTO:
--	------------	-------------

NOME: <b>DATA BACK LTDA</b>	<b>45.643.300/0001-27</b>	CÓDIGO: <b>9265</b>
ENDEREÇO: <b>PRESIDENTE VARGAS</b>	<b>SANTAREM</b>	

DADOS BANCÁRIOS	AGENCIA:
BANCO:	CONTA:
CÓDIGO:	

- 1.660** Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Exerc. Corrente)
- 1** RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTES
- 30** Transferências de recursos do FNAS
- 500** ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 001** CRAS - PISO FIXO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA
<b>11</b>	<b>PODER EXECUTIVO</b>
<b>11 05 00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS</b>
<b>3.3.90.30.99</b>	<b>OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO</b>
<b>08.244.0003.2033.0000</b>	<b>Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS</b>

DOTAÇÃO	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DESTA EMPENHO	SALDO ATUAL
<b>125.000,00</b>	<b>109.231,99</b>	<b>528,00</b>	<b>15.240,01</b>

<b>VALOR A SER PAGO R\$</b>	<b>528,00</b>
-----------------------------	---------------

DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO

**VALOR QUE EMPENHA PARA FAZER FACE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMTDES E SETORES VINCULADOS. CONTRATO DISPENSA Nº 008/2026**

ITEM	CÓDIGO	DESCR.	QTD	UNID	VLR UNIT R\$	TOTAL
5	002.002.14	TECLADO MULTIMÍDIA	10	UND	39,90	399,00
6	002.002.15	MOUSE ÓPTICO-LED E CONECTIVIDADE COM FIO	10	UND	12,90	129,00
<b>SOMA</b>						<b>528,00</b>

quinhentos e vinte e oito reais \*\*\*\*\*

HERICA SANTOS BECHARA  
 Assinado de forma digital por HERICA SANTOS BECHARA  
 BECHARA.75935953234  
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=31014048000182, ou=videoconferencia, cn=HERICA SANTOS BECHARA.75935953234

A DESPESA REFERENTE A ESTE EMPENHO, FOI DEVIDAMENTE PROCESSADA, ENCONTRANDO-SE EM ORDEM PARA PAGAMENTO.

Empenhado por: WILLIAN ALEX NADLER VIANA